

CONTRIBUIÇÃO DO ALUNO APOIADOR NO PROCESSO DE INCLUSÃO DO ESTUDANTE COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: UM CASO DA UFPE/CAV

Silvania Silva de Oliveira ¹
José Victor de Freitas Cruz ²
Luciana Rodrigues Oliveira da Silva ³
Maria Zélia de Santana ⁴

RESUMO

A atual política educacional no contexto brasileiro preconiza a garantia de um sistema educacional inclusivo em todos os níveis de ensino. Embora haja um conjunto de medidas inseridas na legislação brasileira para garantir o acesso e as condições de atendimento adequadas às pessoas com deficiência no ensino superior, o número de pessoas com deficiência nesse nível de ensino ainda é baixo. O projeto Aluno Apoiador surgiu a partir de lutas que começaram devido às necessidades dos alunos com deficiência na Universidade Federal de Pernambuco, visando a integração do estudante com deficiência na universidade. O presente estudo objetiva descrever um caso de contribuição do Aluno Apoiador atuante no Núcleo de Acessibilidade do Centro Acadêmico de Vitória de Santo Antão, CAV/UFPE, e discorrer algumas reflexões acerca dessa experiência e da importância do projeto para o desenvolvimento do estudante com deficiência nas vivências acadêmicas, buscando contribuir com as discussões sobre a inclusão desses alunos no ensino superior brasileiro.

Palavras-chave: Aluno Apoiador; Ensino superior; Estudantes com Deficiência.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, em especial a partir da década de 1990, a inclusão escolar de estudantes com deficiência tem sido inserida nas escolas comuns de todo o país, ainda que se possam observar defasagens ao modo como a perspectiva da educação inclusiva foi implantada no Brasil (BEZERRA, 2012).

O termo deficiência pode ser visto na legislação brasileira no Art. 3º inciso I do Decreto nº 3.298/99 como “toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano” (BRASIL, 1999).

¹ Graduando do Curso de Ciências Biológicas da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, ssiloliveira.97@gmail.com;

² Graduando do Curso de Ciências Biológicas da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, victorfreitasc@outlook.com;

³ Graduando do Curso de Ciências Biológicas da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, lucii.rodriigues@gmail.com.

Com a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil em 1988, onde o artigo 205 define “a educação como um direito de todos, que garante o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. Estabelece a igualdade de condições de acesso e permanência na escola como um princípio. Por fim, garante que é dever do Estado oferecer o atendimento educacional especializado (AEE), preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 1988) e com a regulamentação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDB e Lei nº.9.394/96, as pessoas com deficiência têm, aos poucos, se conscientizado quanto ao seu direito a uma educação de qualidade e com ênfase na inclusão e acessibilidade escolar.

Atualmente o Plano Nacional de Educação (PNE), de 2014- 2024, busca universalizar o atendimento escolar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação de preferência na rede regular de ensino.

De acordo com Ferreira (2007), inclusão não significa apenas inserir a pessoa com deficiência ou limitação nos centros de ensino, mas sim garantir a permanência conforme o estabelecimento de todos os seus direitos:

[...] incluir significa organizar e implementar respostas educativas que facultem a apropriação do saber, do saber fazer e da capacidade crítica e reflexiva; envolve a remoção de barreiras arquitetônicas sim, mas sobretudo das barreiras atitudinais - aqueles referentes ao “olhar” das pessoas normais e desinformadas – para que se promova a adequação do espaço psicológico que será compartilhado por pessoas muito diferentes entre si (FERREIRA, 2007, p.44).

No entanto, embora seja crescente, poucas são as matrículas realizadas no Ensino Superior de pessoas com deficiência, devido ao fato de que os alunos apresentam limitações e muitas instituições superiores não adaptam-se para recebe-los (CAVALCANTE, 2015).

Nesse contexto, a Universidade, considerada como instituição social (CHAUÍ, 2003), tem a tarefa de assumir e (re)discutir a educação superior em sua função de inclusão social e no caso específico, o estudante com deficiência (SANTANA, 2016).

Para atender a demanda dos alunos com deficiência, o Núcleo de Acessibilidade (NACE) vem desenvolvendo um projeto de apoio ao estudante com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e outras necessidades específicas, para o auxílio do aluno com necessidades educacionais que frequentem os cursos de graduação e pós graduação do Centro Acadêmico de Vitória (CAV). O projeto é denominado Aluno Apoiador, e surgiu a partir de lutas que começaram devido às necessidades dos alunos com deficiência na Universidade Federal de Pernambuco, visando a integração do estudante com deficiência as vivências na universidade.

O presente estudo objetiva descrever um caso de contribuição do Aluno Apoiador enquanto integrante do Núcleo de Acessibilidade do Centro Acadêmico de Vitória de Santo Antão, CAV/UFPE, e discorrer algumas reflexões acerca dessa temática, buscando contribuir com as discussões sobre a inclusão dos estudantes com deficiência no ensino superior brasileiro.

METODOLOGIA

O Núcleo Setorial de Acessibilidade do Campus Vitória disponibiliza vagas semestrais para participação do processo seletivo como “Aluno Apoiador”. Os alunos devem estar regulamente matriculados nos cursos de graduação presencial a partir do 3º período e ter disponibilidade de 10 horas semanais para participar das atividades de apoio, ter frequência assídua, bem como conhecimento sobre acessibilidade, educação inclusiva e conhecimento Básico de Libras, estando sob a supervisão da professora Maria Zélia de Santana.

Inicialmente, o Aluno Apoiador passa por um processo de capacitação, onde são tratados os aspectos a serem desenvolvidos com os apoiados, conhecer as leis que dão direito as pessoas com deficiência e/ou com necessidades educativas especiais para o desenvolvimento das atividades inclusivas, de forma a contribuir com o desenvolvimento acadêmico, pessoal e social dos alunos apoiados.

Para desempenhar suas funções, o Aluno Apoiador deve apresentar-se ao docente responsável pela disciplina e ao restante da turma, identificando-se e esclarecendo as suas funções. Para familiarizar-se com as necessidades do estudante com deficiência ao qual foi designado, é importante realizar um estudo sobre as suas características particulares, facilitando a comunicação entre ambos.

Estão, dentre as atribuições do Aluno Apoiador:

- Fazer a leitura e transcrição de atividades acadêmicas do aluno assistido;
- Auxiliar na organização de rotinas de estudo a partir do plano pedagógico elaborado pela equipe especializada do NACE/CAV- UFPE;
- Dar suporte durante a realização de atividades de vida diária, exclusivamente dentro o âmbito da sala de aula, como: manuseio de materiais de uso acadêmico; ajustes de altura e disposição de equipamentos que não necessitem de conhecimento técnico específico; auxílio na mobilidade dentro da sala de aula;
- Notificar ao NACE/CAV- UFPE os casos de falta de acessibilidade física, para que sejam adotados os devidos encaminhamentos e providências;
- Informar ao NACE/CAV- UFPE os casos em que as orientações didático-pedagógicas sugeridas as coordenações e aos professores não estejam sendo cumpridas, bem como qualquer dificuldade ou problema relativos ao atendimento do estudante apoiado.

O NACE/CAV- UFPE dispõe de alguns equipamentos, como lupa eletrônica e impressão em braile para o uso dos apoiados.

Estão, dentre os benefícios do aluno apoiado:

- O recebimento de materiais adaptados de acordo como ele precisa, uma vez que também é função do apoiador auxiliar o docente na confecção do material para o aluno estudar, como, por exemplo, áudio dos conteúdos, imagens ampliadas, resumos de conteúdo.
- O auxílio do aluno apoiador reduz a distância com relação ao acesso ao conteúdo, a comunicação entre os professores e do acolhimento dentro e fora da sala de aula.

O estudante apoiado também possui a liberdade de solicitar a mudança de Aluno Apoiador caso não se identifique com o discente destinado a auxiliá-lo. Por se tratar de um projeto que busca a equidade, o Aluno Apoiado também pode vir a se tornar Aluno Apoiador, com a possibilidade de ganhar uma bolsa para ajudá-lo durante esse período. Os tópicos de atribuições e benefícios citados neste trabalho foram retirados do projeto Aluno Apoiador cedido pelo NACE/ UFPE do Campus Vitória de Santo Antão.

DESENVOLVIMENTO

O caso da UFPE/CAV observado neste trabalho tem como foco uma aluna do curso de Nutrição cujo diagnóstico indica o perfil de pessoa com baixa visão, que compreende uma acuidade visual entre 0,3 e 0,02. A acuidade visual normal que varia entre 0,8 e 1,6 (COLENBRANDER, 1999).

Para o atendimento individual, os encontros entre apoiador e apoiado são realizados na sala do NACE/CAV- UFPE, na biblioteca do CAV, através do acompanhamento em monitoria ou na própria sala de aula, de acordo com as dificuldades relatadas pela aluna em determinada matéria do seu curso. Foi feito um cronograma de atendimento, priorizando as aulas de Parasitologia, Bromatologia e Genética Humana, principais disciplinas relatadas pela aluna apoiada.

A baixa visão impede a utilização do microscópio óptico nas aulas em laboratório. Em parasitologia, por exemplo, foi utilizado como estratégia, para a participação da estudante em aulas práticas, as fotografias das lâminas projetadas no computador, ampliando seu campo visual e permitindo a observação das estruturas estudadas. Além da tela do computador e programas de ampliação de imagem, a lupa eletrônica é de fácil manuseio e aumenta a imagem em até 100x, de forma que a estudante consiga ler seus livros ou qualquer outro texto.

É importante ressaltar que antes de receber o apoio específico, por meio da proposta do aluno apoiador até o semestre de 2017.2, a Aluna Apoiada possuía uma personalidade bastante retraída, deixando de interagir com o ambiente no qual estava inserida por causa da insegurança devido à baixa visão. A estudante em questão, por

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

estar iniciando a vida acadêmica, desconhecia muitas oportunidades oferecidas pela universidade, através de projetos de pesquisa e extensão, além da importância dessas atividades e participações em congressos e seminários para o seu desenvolvimento pessoal e profissional. Também possuía bastantes dificuldades para a apresentação de trabalhos em sala de aula.

Através do projeto Aluno Apoiador, a aluna compreende as suas limitações ocasionadas pelas condições da baixa visão, como também reconhece todos os seus direitos e as suas capacidades, melhorando a sua desenvoltura nas atividades acadêmicas, sem reprovações. Além disso, a estudante também foi convidada a participar do processo seletivo para participar do projeto Aluno Apoiador como atuante, auxiliando outras pessoas.

Algumas adaptações, discutidas entre apoiador, apoiada, docentes e o suporte do NACE/ UFPE- CAV, facilitaram o processo de ensino aprendizagem do estudante. Diante de tais problemáticas educacionais, o papel do professor é de suma importância na educação inclusiva, visto que o docente é a “autoridade competente, direciona o processo pedagógico, interfere e cria condições necessárias à apropriação do conhecimento” (GAZIM et. al, 2005, p.51).

Embora a universidade disponha de cotas e atenda às necessidades estruturais de acessibilidade para as pessoas com deficiência, muitos professores ainda não sabem lidar com esses estudantes em sala de aula, dificultando ainda mais a sua permanência no nível superior de ensino. O papel do aluno apoiador é importante para que todos os alunos assistidos recebam o auxílio necessário para permanência no curso e obtenham a sua formação profissional.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Observamos o quanto as políticas de inclusão tornaram-se frequentes nos debates educacionais e remetem à democratização do ensino em todos os níveis. Através do projeto Aluno Apoiador, são visíveis as mudanças pessoais e acadêmicas que ocorrem tanto no estudante apoiado quanto no estudante apoiador, uma vez que se

trata de um programa de troca de conhecimento, construindo um cidadão consciente e sensibilizado diante das necessidades que outras pessoas apresentam.

As reuniões dos integrantes do projeto Aluno Apoiador (Imagens 1 e 1.1) foi de suma importância, uma vez que, em determinadas situações, o apoiador pode vir a sentir-se incapaz de auxiliar o estudante apoiado devido a falta de interesse e responsabilidade por parte de alguns profissionais que compõem a instituição. Além de que o estudante apoiador pode sentir dificuldades de ajudar o estudante apoiado a se sentir seguro e confiante na resolução de atividades acadêmicas.



Imagem 1. Reunião de integrantes do projeto Aluno Apoiador com apresentação de seminário sobre Percepções de Pessoas com Baixa Visão sobre seu retorno ao Mercado de Trabalho.



Imagem 1.1 Reunião de integrantes do projeto Aluno Apoiador com apresentação de seminário sobre a Inclusão do Estudante com Deficiência no Ensino Superior.

O progresso conquistado pela estudante de Nutrição e por outros estudantes integrantes do projeto Aluno Apoiador mostram o quanto esse trabalho, através do suporte emocional e pedagógico disponibilizado pelo NACE/ UFPE- CAV, de alguns professores e da vontade genuína do Aluno Apoiado, possui extrema importância na perspectiva da educação inclusiva, pois, oferece ao aluno com deficiência o auxílio para que este estudante permaneça em seu curso e venha a se tornar um bom profissional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É notório, nos últimos anos, o avanço das instituições de ensino visando a inclusão dos estudantes com deficiência, buscando atender as necessidades de acessibilidade desses alunos em todos os níveis de ensino. Entretanto, muitos são os professores e demais profissionais da área da educação que não sabem lidar com a deficiência em sala de aula, ao mesmo tempo, muitos outros docentes, como mencionado neste presente trabalho, buscam modificar as suas estratégias de ensino para facilitar o processo de ensino- aprendizagem desse aluno em sala de aula.

Ainda assim, poucos são os estudantes com deficiência que ingressam nas universidades brasileiras, devido a falta de adaptação adequada para recebê-los, sendo ainda mais reduzido o número de estudantes com deficiência que concluem o ensino superior.

Neste momento se faz presente a importância do Aluno Apoiador, amparado pelo NACE/ UFPE- CAV, a fim da inclusão do Aluno Apoiado nas atividades acadêmicas, melhorando a autonomia e a independência desses estudantes. Para tanto, é importante ressaltar: compete as instituições, segundo as leis de educação e ensino de estudantes com deficiência, o comprometimento com as políticas inclusivas.

REFERÊNCIAS

Bezerra, G. F. Enquanto não brotam as flores vivas: crítica à pedagogia da inclusão. 2012. 270f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Paranaíba, 2012.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL, Lei de Cotas para o Ensino Superior. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.

BRASIL, Lei de Diretrizes e B. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.

CAVALCANTE, Marília da Silva Santos. A IMPORTÂNCIA DO ALUNO APOIADOR NA INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS NO ENSINO SUPERIOR, 2015.

CHAUÍ, M. A universidade pública sob nova perspectiva. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, Rev. Bras. Educ. [online]. 2003, n.24, pp.5-14, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/>>. Acesso em: 11 de agosto. 2019.

Colenbrander, A. (1999). Guide for the evaluation of visual impairment of International Society for Low Vision Research and Rehabilitation. San Francisco, CA: ISLVRR.

_____. Decreto n. 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei n. 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. 1999a. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, n. 243, p. 10, 21 dez. 1999. Seção 1.

FERREIRA, M. S. (2007). Educação Regular, Educação especial – Uma história de Separação. Porto: Edições Afrontamento. 2007

GAZIM, E. et al. Tendências pedagógicas brasileiras: contribuições para o debate. **Revista Chão da Escola**. Curitiba, n. 4, p. 41-52, out. 2005.

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (PNE) 2014-2024. Disponível em:
<<http://www.proec.ufpr.br>>. Acesso em: 11 de agosto. 2019.

SANTANA, M. Z. de. Políticas Públicas De Educação Inclusiva Voltada Para Estudante Com Deficiência Na Educação Superior: O Caso Da Universidade Federal Da Paraíba (UFPB). 2016. p. 250. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco 2016. [Orientador: Prof. Dr. Alfredo Macedo Gomes].